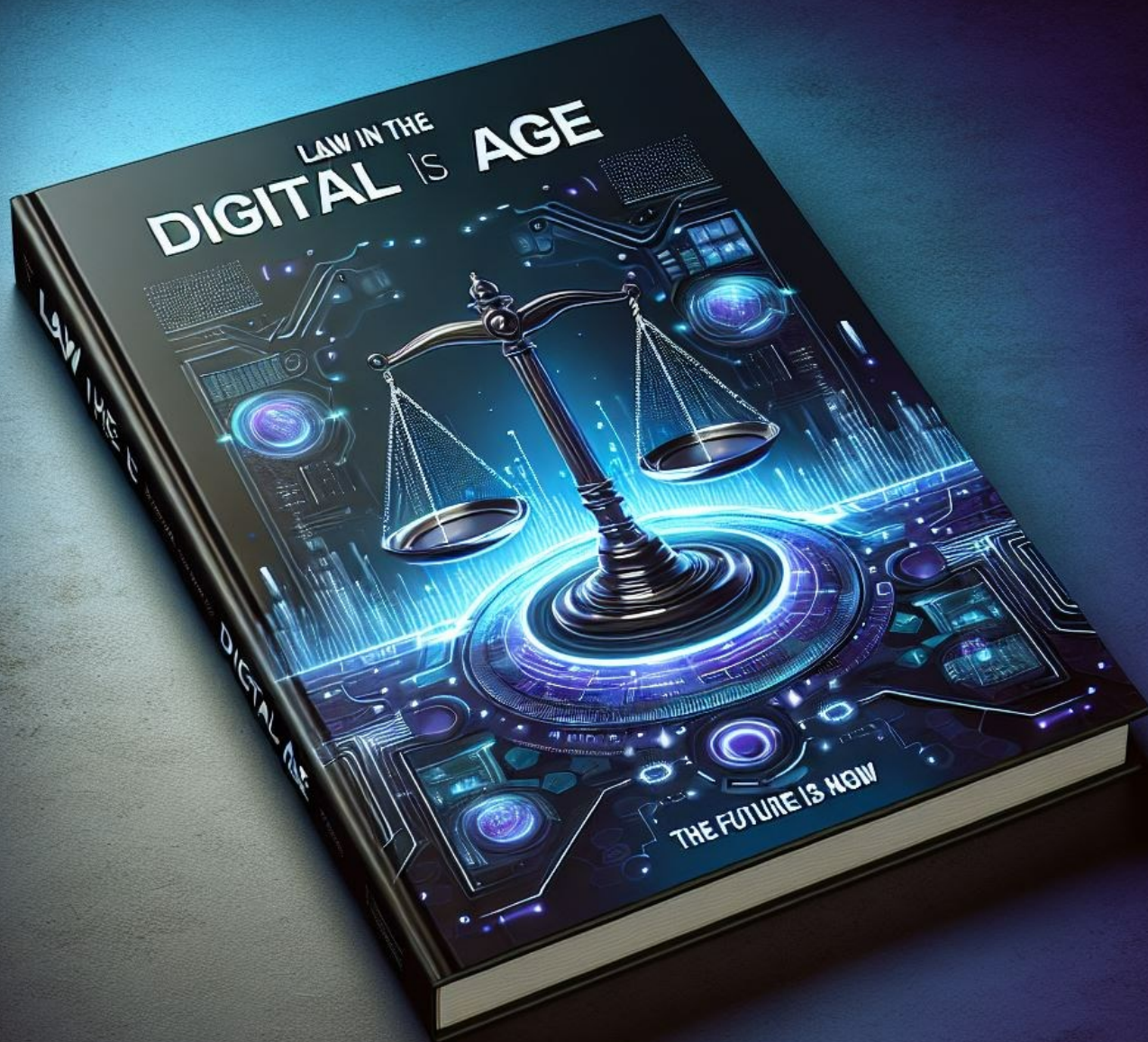


# **Direito na Era Digital: O Futuro é Agora**



**Thaise Pinto Uchoa de Araújo**



# 01

## Introdução



# Introdução

A chegada da internet trouxe uma revolução nas comunicações, no comércio e nas relações sociais. Com isso, surgiu a necessidade de um arcabouço legal que pudesse regular essa nova realidade. No Brasil, diversas leis foram criadas e adaptadas para acompanhar essa evolução digital. Este e-book aborda as principais evoluções legislativas no campo do Direito Digital no Brasil.



# 02

## **Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014)**



# **Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014)**

O Marco Civil da Internet, sancionado em 2014, é considerado a "Constituição da Internet" no Brasil. Ele estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no país. Entre seus pontos principais estão a neutralidade da rede, a proteção da privacidade dos usuários e a responsabilidade dos provedores de internet.



# 03

## **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) (Lei nº 13.709/2018)**



# **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) (Lei nº 13.709/2018)**

Inspirada no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR) da União Europeia, a LGPD entrou em vigor em 2020. Ela regula o tratamento de dados pessoais por pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade. A LGPD trouxe mudanças significativas para empresas e organizações, exigindo maior transparência e segurança no manejo de dados pessoais.



# 04

## **Lei do Comércio Eletrônico (Decreto nº 7.962/2013)**





# **Lei do Comércio Eletrônico (Decreto nº 7.962/2013)**

Este decreto regulamenta o comércio eletrônico no Brasil, estabelecendo regras para a oferta e contratação de serviços e produtos pela internet. Ele visa garantir a transparência nas relações de consumo online, exigindo que os fornecedores disponibilizem informações claras sobre os produtos, serviços e condições de compra.



# 05

## **Lei de Crimes Cibernéticos (Lei nº 12.737/2012)**



# **Lei de Crimes Cibernéticos (Lei nº 12.737/2012)**

Conhecida como "Lei Carolina Dieckmann", esta lei tipifica crimes cometidos no ambiente digital, como invasão de dispositivos informáticos, falsificação de dados eletrônicos e interrupção de serviços telemáticos. A lei foi uma resposta a incidentes de invasão de privacidade e fraudes digitais, buscando aumentar a segurança no uso da internet.



# 06

**Lei do Governo Digital  
(Lei nº 14.129/2021)**



# **Lei do Governo Digital (Lei nº 14.129/2021)**

A Lei do Governo Digital estabelece diretrizes para a prestação digital de serviços públicos, promovendo a transformação digital na administração pública. Ela visa aumentar a eficiência, a transparência e a acessibilidade dos serviços públicos, facilitando a interação entre o governo e os cidadãos por meio de plataformas digitais.



# 07

## Conclusão



# Conclusão

As evoluções legislativas no Brasil refletem a necessidade de adaptar o sistema jurídico às novas realidades trazidas pela internet. Essas leis têm como objetivo principal garantir a segurança, a privacidade e a transparência nas interações digitais, promovendo um ambiente mais justo e seguro para todos os usuários.



# Agradecimentos

Obrigada por ler até aqui!

Esse Ebook foi gerado por IA e diagramado por mim para fins de cumprimento ao desafio do Bootcamp CAIXA Inteligência Artificial e Low Code com a DIO.